

O QUE PAULO FREIRE ENSINOU NA ÁFRICA OU O SEGUNDO CADERNO DE CULTURA POPULAR¹

Orlando Daniel Chemane²

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir e compreender os conteúdos do *Segundo Caderno de Cultura Popular* escrito por Paulo Freire e destinado a São Tomé e Príncipe pela nossa ideia de que aquele material tem conteúdos ainda válidos para os nossos dias não só na África como em todas as sociedades colonizadas, oprimidas e dependentes. Para examinarmos essa ideia faremos a revisão bibliográfica dos escritos de Paulo Freire sobre África para com base nas ideias daí extraídas analisarmos o *Segundo Caderno de Cultura Popular*.

Palavras-chave: Paulo Freire; São Tomé e Príncipe; Segundo Caderno de Cultura Popular.

WHAT PAULO FREIRE TAUGHT IN AFRICA OR THE SECOND NOTEBOOK OF POPULAR CULTURE

Abstract

The objective of this article is to discuss and understand the contents of the Second Notebook of Popular Culture of literacy written by Paulo Freire and destined to Sao Tome and Principe for our idea that that material has contents still valid for our days not only in Africa in all colonized, oppressed, and dependent societies. To examine this idea, we will make a bibliographical review of Paulo Freire's writings on Africa, based on the ideas extracted from it, to analyze the Second Notebook of Popular Culture.

Keywords: Paulo Freire; São Tomé e Príncipe; Second Notebook of Popular Culture.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Estudantes Convênio de Pós-Graduação – PEC-PG, da CAPES/CNPq - Brasil

² Doutorando na Pós-Graduação em Educação UFF, docente da Universidade Pedagógica de Moçambique, Moçambique. orlandochemane@gmail.com.

EL QUE PAULO FREIRE ENSEÑÓ EN ÁFRICA O EL SEGUNDO CUADERNO DE CULTURA POPULAR

Resumen

El objetivo de este artículo es discutir y comprender los contenidos del Segundo Cuaderno de Cultura Popular escrito por Paulo Freire y destinado a San Tomé y Príncipe por nuestra idea de que ese material tiene contenidos todavía válidos para nuestros días no sólo en África como en todas las sociedades colonizadas, oprimidas y dependientes. Para examinar esta idea haremos la revisión bibliográfica de los escritos de Paulo Freire sobre África para con base en las ideas de ahí extraídas analizar el Segundo Cuaderno de Cultura Popular.

Palabras clave: Paulo Freire; Santo Tomé y Príncipe; Segundo cuaderno de Cultura Popular.

Introdução

O presente trabalho debruça-se sobre o que Paulo Freire ensinou na África, nomeadamente com o seu *Segundo Caderno de Cultura Popular* (SCCP), de São Tomé e Príncipe, com o interesse de dar visibilidade à atividade prática desenvolvida pelo educador brasileiro nas terras africanas. Com efeito, as ideias de Paulo Freire sobre esse continente, mesmo que em uma fase inicial, começam a ser objeto de estudo, sendo ainda importante trazer ao conhecimento dos estudiosos do pensador pernambucano e da educação em geral a vertente de produção de materiais práticos de trabalho para o dia a dia dos animadores e dos alfabetizandos.

Defendemos a ideia de que os *Cadernos de Cultura Popular* são livros didáticos com conteúdos ainda válidos para os nossos dias, não só para África como para todas as sociedades colonizadas, oprimidas e dependentes.

Geralmente, quando se analisa o trabalho de Paulo Freire na África, considera-se São Tomé e Príncipe como o caso de sucesso (FAUNDEZ, 1989). Tem sido apontados para o referido êxito o tamanho do país, a infraestrutura construída, devido à necessidade de rentabilidade agrícola, as suas poucas etnias, idiomas,

etc. (FAUNDEZ, 1989), mas quase nunca se tem em conta o material didático que Paulo Freire elaborou junto com os educadores são-tomenses. Isso nos parece importante sinalizar, porque esse material pode ajudar, na África e não só, no resgate de um legado precioso de livros didáticos para a alfabetização e a sua consideração na formulação de novas propostas de educação pelos estudiosos da educação.

Para levarmos adiante esse estudo, faremos uma revisão bibliográfica do que Paulo Freire escreveu sobre São Tomé e Príncipe, de modo a construirmos, de forma sistemática, as ideias que nortearam a elaboração do *Segundo Caderno de Cultura Popular* e, em um segundo momento, faremos a análise desse mesmo caderno.

Encontramos certo interesse pelo estudo das ideias (FREIRE & FAUNDEZ, 1988; GADOTTI, 2010; ROMÃO & GADOTTI, 2012; PEREIRA E VITTÓRIA, 2012; MESQUIDA, PEROZA & AKKARI, 2014) e do método de Paulo Freire na África (FAUNDEZ, 1993), porém, as pesquisas sobre os livros de alfabetização têm sido escassas, podendo se referir unicamente à obra de António Faundez.

Assim, abordaremos neste artigo um pouco da História de São Tomé e Príncipe, a relação de Paulo Freire com os movimentos de libertação e governos africanos, as ideias desse educador que estiveram na base dos conteúdos que encontramos no SCCP e a análise desse Caderno. Por fim, haverá as considerações finais.

A História e a situação de São Tomé e Príncipe que Paulo Freire encontrou

Paulo Freire teria chegado a São Tomé e Príncipe em 1976 (FREIRE e GUIMARÃES, 2011), ano em que se celebrava o primeiro aniversário da

Independência do país³. Com efeito, essa nação libertava-se do colonialismo português cujos colonos tinham chegado pela primeira vez àquelas ilhas⁴ entre 1470 e 1471 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, 1978).

A exploração do território são-tomense iniciou-se com o desembarque dos colonizadores em 1485 e dos primeiros escravos trazidos da costa do continente. Os portugueses tornaram São Tomé e Príncipe um centro de comércio de escravos ao mesmo tempo em que iniciavam a produção da cana de açúcar. Com os focos de instabilidade nas ilhas – decorrentes da rebelião dos escravos, dos ataques que os engenhos sofriam dos angolares (o grupo de povos negros nativos das ilhas), dos combates com franceses e holandeses pela posse do reino do Congo e da forte concorrência que o Brasil começava a exercer na produção do açúcar – os lusitanos viram-se obrigados a transferirem-se das ilhas de São Tomé e Príncipe para o Brasil (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, 1978).

Com o fim do ciclo do açúcar, esse país africano passou a depender economicamente, entre o final do século XVII e início do século XVIII, do tráfico de escravos. Em seguida, um novo ciclo de curta duração iniciaria com a introdução de um tipo de café trazido do Brasil. Nos fins do século XIX, começa o ciclo do cacau, o que provocou uma tomada total da terra pelos colonos portugueses.

Com a grande produção agrícola e a criação de excedentes, surgiu a demanda por melhores condições para a comercialização, o que ditou a construção de alguma infraestrutura moderna, como a malha ferroviária, as estradas, as casas para os colonos, etc. (RODNEY, 2010). Enquanto isso, no final do século XIX, a aldeia e as estruturas tradicionais africanas foram sendo brutalmente destruídas

³ São Tomé e Príncipe ficou independente a 12 de julho de 1975.

⁴ São Tomé é constituído de duas ilhas: a ilha de São Tomé e a ilha do Príncipe.

(*Idem*). De forma concomitante, concebem-se uma legislação e uma organização econômica pelo Estado português, o que permitia uma exploração intensiva das colônias e uma diferenciação social entre o negro e o branco com vantagens para estes (MONDLANE, 1995; CABRAL, 1978).

No início do século XX, vamos assistir à divulgação de uma série de dispositivos legais, como o *Ato Colonial* em 1930, e a articulação de um discurso que visava à legitimação da conquista política e militar (MONDLANE, 1995). Identificaremos os mitos como os do “Direito Histórico” sobre os territórios conquistados, o da “missão civilizadora” e o da assimilação (CABRAL, 1978).

Com o primeiro mito, os portugueses pretendiam convencer os africanos de que a sua presença nos territórios colonizados era legítima, já que as habitavam há centenas de anos. No segundo, tinham por objetivo difundir a ideia de que a sua incursão colonial era para tirar os povos nativos da condição de bárbaros, transformando-os em civilizados. Por fim, com o último mito, procuraram ocultar a sua crueldade e violência, dando a entender que havia nas colônias um convívio pacífico entre as raças e que os povos diferentes trocavam os respectivos valores culturais e enriqueciam-se mutuamente (CABRAL, 1978).

Com a prática da assimilação, os portugueses negavam a satisfação dos direitos básicos aos africanos, impondo-lhes, como condição para o acesso à cidadania portuguesa, o abandono dos seus costumes, o desprezo pela família, a posse de recursos mínimos para a sobrevivência e a habilidade da leitura e da escrita⁵. O fenômeno da assimilação, que teve consideração inclusive de Paulo Freire (2011a), fez com que uma minoria africana ganhasse alguma ascensão em relação à maioria e, por conseguinte, sentisse-se superior em relação aos demais (CABRAL, 1978; FREIRE, 2011a).

⁵ Lei orgânica ultramarina. Estatuto do Indigenato.

A ilusão dessas minorias africanas fez com que os colonizadores tornassem cada vez maior a distância entre a assim chamada “pequena burguesia” africana e o povo em geral (FREIRE, 2011a). Foi proclamada a superioridade da língua portuguesa e dos costumes lusitanos, como as suas danças e a sua religião. Consequentemente, a cultura do povo africano, as suas línguas, danças, vestes e religião, etc. foram postos em condições de inferioridade. Na relação entre o colonizador e o colonizado, o primeiro sempre sabia mais que o segundo e, por isso, este só poderia aprender daquele e não o contrário.

A partir da segunda metade da década de 1930, inicia-se uma contestação ao colonialismo, tanto na cultura como na literatura. No setor laboral, um dos emblemáticos momentos de luta pela libertação do homem são-tomense foi o levante de Batepá⁶, que culminou com um massacre em 3 de fevereiro de 1953.

Em 1960 foi fundado o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), que, em 1972, passou a chamar-se Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). O CLSTP, ou MLSTP, mesmo não tendo havido no arquipélago uma luta armada, é que liderou de forma organizada a luta pela Independência de São Tomé e Príncipe. Ele foi reconhecido, em 1973, pela Organização da Unidade Africana (OUA), como legítimo representante do povo de São Tomé na luta pela autodeterminação do país (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, 1978). Paulo Freire, durante o seu trabalho em São Tomé e Príncipe, trabalhou com o MLSTP como, aliás, já tinha feito com os outros movimentos de libertação africana, como veremos a seguir.

⁶ O levante aconteceu em Batepá quando centenas de nativos de São Tomé e Príncipe negaram-se a ser contratados à força para as plantações do Cacau e do Café ou para trabalharem como escravos nas obras públicas.

Paulo Freire, os movimentos de libertação e os governos africanos

O educador brasileiro afirmou várias vezes que nunca tinha sido alheio às lutas que os povos africanos travavam pela independência (FREIRE, 2011a; FREIRE E MACEDO, 1990). Ele tinha acompanhado a saga desses países e, por isso, a sua integração nas respectivas lutas foi sem reversas.

Freire teve contato com os movimentos africanos de libertação pela primeira vez em 1970, quando fez a sua primeira viagem ao continente (FREIRE, 2014a; FREIRE e MACEDO, 1990). A caminho da Tanzânia, predispôs-se a observar mais tempo de paragem na Zâmbia, local de sua escala, para atender a um pedido dos guerrilheiros do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que mantinham, enquanto lutavam pela Independência, uma base naquele país. Eles pediram um encontro com o brasileiro para conversar sobre a educação nas zonas libertadas.

Uma vez na Tanzânia, Freire não quis perder a oportunidade do convite para conversar com os dirigentes da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) que, por sua vez, mantinham sua base nesse país, e para participar de um seminário da Frente de preparação de animadores que atuariam nas zonas libertadas no interior de Moçambique (FREIRE, 2014a; FREIRE e MACEDO, 1990).

Os movimentos africanos de libertação (FRELIMO, MPLA, PAIGC⁷ e MLSTP) dos países que colonizados por Portugal criaram uma organização de diálogo entre si, de unificação de estratégias e de criação de uma visão comum: a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP).

⁷ Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

Eram aspirações comuns entre os membros do CONCP: lutar pela libertação completa, o progresso econômico e social dos seus povos; priorizar a luta política em relação à luta armada; tomar como inimigo o colonialismo português e não o povo português e, por isso, a luta deveria ser contra o sistema colonial e não contra o branco. Todos consideravam como fundamentais a unidade dentro de cada movimento, bem como com as outras organizações africanas e progressistas do mundo. Todos reconheciam a necessidade de tomar a luta de libertação como um fato e um fator de cultura e reconheciam igualmente a necessidade de dialogar e de aprender com as outras culturas e tinham a consciência de que a cultura africana tem aspectos negativos que era preciso combater (CONCP, 1961).

Paulo Freire prestou assessoria para alguns governos dos Estados africanos independentes, como o da Tanzânia, de Guiné-Bissau, de Cabo Verde, de Angola e de São Tomé e Príncipe (FREIRE, 2014a; FREIRE e MACEDO, 1990). O educador brasileiro chegou a São Tomé e Príncipe em 1976 por indicação de Maria Amorim, ministra dos Negócios estrangeiros e diplomata são-tomense (FREIRE e GUIMARÃES, 2011, p. 85). Logo depois da Independência, em 1975, o Estado de São Tomé Príncipe adotou, como todos os outros países colonizados por Portugal, o sistema político de partido único, socialista do tipo marxista-leninista (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, 1995). O Estado nacionalizou a terra, a educação, a saúde, etc. (*Idem*).

Paulo Freire escreveu que aceitou o convite do governo de São Tomé e Príncipe, para colaborar como assessor da educação, porque concordava com a política do governo daquele país: “Me seria impossível, por exemplo, dar uma colaboração, por mínima que fosse, a uma campanha de alfabetização de adultos promovida por um governo antipopular” (FREIRE & GUIMARÃES, 2011, p. 50). Ele considerava que os nacionais entendiam a educação como ato político. O então presidente – Pinto da Costa – parece sustentar muito bem o

que o educador brasileiro dizia em um discurso proferido justamente no ano em que Freire começou a trabalhar em São Tomé e Príncipe: “A politização dos professores é uma tarefa urgente. Um professor que do ponto de vista político seja neutro e que não esteja conscientemente engajado no processo de transformação levada a cabo no País, não serve” (Da COSTA, 1976).

A educação em São Tomé e Príncipe, tal como defendia Paulo Freire, tinha em vista a formação do homem novo e da mulher nova. Pinto da Costa, no mesmo discurso, pode ainda nos socorrer para sustentar isso: “A concretização dos nossos objetivos políticos e econômicos, depende, essencialmente, da nossa capacidade de transformar as mentalidades, de criar na nossa terra um tipo de homem novo, liberto de todas as taras que lhe foram inculcadas por cinco séculos de colonização política, econômica e cultural” (Da Costa, 1976). A reconstrução das sociedades dilaceradas por vários anos do colonialismo era a tarefa em curso naqueles países e, para isso, entendia-se que, para a construção da nova sociedade, era necessário mudar a mentalidade do povo, combatendo os mitos referidos anteriormente e o espírito de superioridade no interior da “pequena burguesia” africana. Em relação a esta última, Paulo Freire, na senda de Amílcar Cabral, costumava afirmar que era necessário que a “pequena burguesia” africana cometesse o “suicídio de classe” para que ela renascesse como trabalhador revolucionário inteiramente identificado com as aspirações do seu povo. O “suicídio de classe” teria que se completar com a “reafricanização” (FREIRE, 2011a, CABRAL, 1978).

Logo depois da Independência, os conteúdos da educação foram profundamente reformulados, sobretudo os que tinham uma forte carga ideológica colonial, como os de Língua Portuguesa, de História e de Geografia. Na primeira disciplina, ensinava-se e exaltava-se a cultura e o poder português. Nas outras duas, ensinava-se simplesmente a História e a Geografia de Portugal. Sobre a transformação dos conteúdos, é importante ressaltar que a grande divergência,

e talvez única, que Paulo Freire teve com os governos africanos foi a adoção do português como língua de ensino (FREIRE, 2011a; FREIRE & MACEDO, 1990; FREIRE & FAUNDEZ, 1988).

Quando Paulo Freire chegou a São Tomé e Príncipe, tal como em outros países africanos em que trabalhou, testemunhou a implementação de uma educação ligada à produção. Por isso, o próprio educador afirmou que os países africanos em que prestava colaboração, estando no caminho da construção de uma sociedade socialista, deveriam continuar com a experiência de modo a superarem o preconceito colonial da inferioridade do trabalho manual em relação ao trabalho intelectual (FREIRE, 2011a).

Paulo Freire foi integrado como assessor no Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe no contexto dessas transformações da educação. Ele vai publicar trabalhos sobre a sua participação na edificação da educação naquele país e, mais do que isso, escreverá livros didáticos para o uso dos alfabetizados (*Cadernos de Cultura Popular*), dos quais nós trataremos do segundo caderno. Contudo, antes de passarmos a analisar o SCCP, vamos nos debruçar um pouco sobre as ideias do educador brasileiro que alicerçam esse livro.

Reinvenção do poder, unidade na diversidade, síntese cultural

Quando Paulo Freire chegou a São Tomé e Príncipe, o país estava em fase de reconstrução nacional, ou seja, em um processo de construção de uma nova sociedade, do novo homem e da nova mulher, procurando caminhos para a formação de uma cultura nacional (FREIRE, 2011a; FREIRE, 2011b; FREIRE e FAUNDEZ, 1988).

Para Freire (2011a; 2011b), o processo de reconstrução nacional demandava uma visão combinada: infra e superestrutural. Por isso, ele discutiu o significado do trabalho como devendo ser o processo de transformação com o qual o homem e a mulher não só procuram satisfazer as suas necessidades básicas, mas também buscavam o significado do mesmo. Por isso mesmo que será no processo do trabalho em que serão formados o homem novo e a mulher nova, os quais modificarão o próprio modo de produção para o bem da coletividade, superando o individualismo pela perseguição do lucro, por um trabalho mais solidário e humano.

Um dos desafios que se colocava às novas nações africanas, segundo Freire (2011b), era a reinvenção do poder, que consistiria em devolvê-lo ao povo, ou seja, àqueles a que tinha sido negado por vários séculos de dominação colonial. A nova educação devia conceber o homem e a mulher como sujeitos e não como objetos da educação. O ser humano devia ser visto como ativo e capaz de participar na definição e na organização da sua própria vida. Dito de outra forma, Paulo Freire defendia que as massas populares deveriam tornar-se os sujeitos da sua História: “É preciso, na verdade, que a alfabetização de adultos e a pós-alfabetização, a serviço da reconstrução nacional, contribuam para que o povo, tomando mais e mais a sua História nas mãos, se refaça na feitura da História” (FREIRE, 2011b, p. 53).

O povo deve se tornar senhor do seu destino e, do ponto de vista da educação, Freire sugere que ela deve, para isso, partir da realidade ou da situação existencial dos sujeitos da educação. Por isso, é necessário que a alfabetização se inicie dos lugares em transformação (FREIRE, 2011a) em que os animadores, a partir da colaboração, da organização do trabalho, da cooperação, etc., vão com os alfabetizando interpretando o mundo do cotidiano que os envolve. Isto é, os animadores deverão ajudar os alfabetizando, a partir da análise dos

fenômenos diários, a ascender do conhecimento meramente sensível para um conhecimento cada vez mais rigoroso (FREIRE, 2011a).

Por isso, é necessário que se supere a ideia de que só se aprende na escola. Aprende-se na fábrica, na roça, no mercadinho popular (FREIRE, 2011a; 2011b). Daí que não deve haver dicotomia nem entre o trabalho manual e o intelectual, nem entre a teoria e a prática.

Essa educação forma o homem novo e a mulher nova, o que é igual a dizer que forma um novo intelectual, que resulta de uma formação no trabalho com o povo e para o povo. Ela também promove o “suicídio de classe” daqueles que faziam parte da “pequena burguesia” africana e a sua conseqüente reconversão para uma verdadeira reafricanização.

Para Freire, a questão do equacionamento da cultura nacional deve levar necessariamente à reflexão sobre o verdadeiro significado da Independência: se ela ocorre na sua plenitude ou se se dá de forma nominal, o que pode levar, no último caso, ao neocolonialismo. Embora Freire estivesse consciente de que as sociedades dominantes, com seu poder econômico que se transforma em poder político, não deixam um caminho fácil para a conquista da verdadeira liberdade, ele achava que os líderes dos países africanos deveriam, mesmo com todos os riscos, primarem por uma verdadeira emancipação. Isso significaria tomar as decisões mais radicais que levassem a uma transformação social e não a um simples reformismo.

Ao se pretender uma verdadeira Independência, no entender de Freire, a construção de uma cultura nacional deve levar em conta a questão de classe. Porque, segundo o educador pernambucano, em qualquer sociedade, os que detêm o poder material ditam o poder cultural. Como Marx e Engels tinham escrito na *Sagrada Família*: “A classe que impera na sociedade materialmente

imperava também espiritualmente” (*apud*, FREIRE e FAUNDEZ, 1988). Isso era particularmente importante para a “pequena burguesia” africana que, tendo poder material, incorria no risco de impor sua cultura às massas populares. Haveria o risco de aquele grupo entender que a sua ideia de cultura era a única válida, ou seja, graças ao poder de sua ideologia, fazer crer que os seus juízos são os da nação. A cultura dominante tende a impor a sua “superioridade” as demais expressões culturais (FREIRE e FAUNDEZ, 1988).

Por isso, Paulo Freire sugere a unidade na diversidade, o que pressupõe o respeito das demais expressões culturais que compõem a totalidade. A Pedagogia revolucionária deveria atuar no sentido da busca do respeito pelas diferentes expressões culturais e não negar a diferença em nome de uma unidade falsa (FREIRE e FAUNDEZ, 1988).

O que a transição exige da educação é que se revolucione, se reinvente, em lugar de meramente reformar-se. Se antes, servindo aos interesses das classes dominantes, a educação reproduzia a ideologia daquelas classes e discriminava as classes populares, jamais ouvidas e sempre desatendidas, agora, na transição, as classes populares no poder não apenas precisam ser atendidas na demanda de educação para seus filhos e filhas, mas precisam também participar ativamente, da sua reinvenção, ao lado dos educadores profissionais (FREIRE e FAUNDEZ, 1988, p.96).

Assim, a nova educação pressupõe a síntese cultural (FREIRE, 2014b; FREIRE e FAUNDEZ, 1988), em que a cultura das massas populares entra em diálogo com a cultura da liderança revolucionária. No trabalho revolucionário, a liderança deve dar o testemunho da participação ativa no processo de luta com suficiente coerência e radicalidade, não perdendo o seu papel de vanguarda e nem se impondo demasiado às massas populares, o que deve se traduzir em uma verdadeira comunhão com o povo.

A libertação deverá se tornar necessariamente uma verdadeira revolução cultural (FREIRE, 2014b). Por isso, a ação cultural para a libertação deve ser um momento de verdadeira educação como prática da liberdade. Freire, traduzindo Cabral, afirmava que a luta pela libertação deveria ser um fato e um fator de cultura (FREIRE, 2011a). Para ele (2011a), como se tinha dado durante as lutas de libertação nacional africana, em que o povo aprendeu com as lideranças a ler, a escrever, a manejar armas sofisticadas e a organizar-se em entidades formais e as lideranças aprenderam com o povo a solidariedade, a humildade, a construção de ideias muito bem enraizadas, a coragem e a bravura, no processo de reconstrução nacional, esses dois grupos protagonistas deveriam dialogar de forma problematizadora, não como doação, com vista a encontrar os alicerces seguros para a reconstrução dos Estados africanos.

Paulo Freire e o *Segundo Caderno de Cultura Popular*

Os Cadernos de Cultura Popular é um nome genérico que foi dando a uma série de livros “de que o primeiro é o da alfabetização” (FREIRE, 2011b, p. 52). O inicial caderno é composto de duas partes, “sendo a segunda uma introdução a pós-alfabetização” (Idem, p. 52). Para reforçar o primeiro, existe um outro de exercícios: *Praticar para aprender*. (FREIRE, 2011b, p. 52).

O *Segundo Caderno de Cultura Popular* foi escrito com a pretensão de com ele se iniciar a pós-alfabetização. Ele tem em vista entregar à curiosidade crítica dos educandos e, por isso, não deve ser lido mecanicamente (FREIRE, 2011b, p. 52).

1. Algumas características do Segundo Caderno de Cultura Popular segundo Paulo Freire

Paulo Freire descreveu as características do SCCP no seu artigo *O povo diz a sua palavra ou a alfabetização em São Tomé e Príncipe*. A primeira característica é de um material escrito em uma linguagem simples, porém não simplista (FREIRE, 2011b). Ele considera simplismo dirigir-se ao povo com omissões ou com frivolidade sob o pretexto de que o povo não entenderia a linguagem de um determinado nível (FREIRE, 2011a). A segunda, a “linguagem dos textos é desafiadora e não sloganizadora” (FREIRE, 2011b, p. 52). É uma linguagem que estimula, instiga e provoca a curiosidade dos educandos.

Os *Cadernos de Cultura Popular* não são neutros. Contrariamente à manipulação e ao espontaneísmo, eles pretendem ser textos que levem os educandos à participação crítica e democrática no ato do conhecimento de que são sujeitos (FREIRE, 2011b, p. 53):

É a participação crítica e criadora do povo no processo de reinvenção de sua sociedade, no caso a sociedade são-tomense, recém independente do jugo colonial, que há tanto tempo a submetia (FREIRE, 2011b, p. 53).

Os CCP levam à compreensão do processo de trabalho, do ato produtivo na sua complexidade, da maneira como se organiza e se desenvolve a produção, da necessidade de uma formação técnica do trabalhador que não se limita a uma constituição de especialistas estreitos e alienados, da cultura e do seu papel tanto no processo de libertação quanto na fase de reconstrução nacional e da defesa da identidade cultural sem negar a contribuição da cultura de outros povos. Todos esses temas são tratados nos cadernos de forma introdutória, na fase de alfabetização, e com profundidade e de forma problematizadora na pós-alfabetização (FREIRE, 2011b, pp. 55-56). Como se podem explicar os conteúdos que constam do SCCP?

2. Segundo Caderno de Cultura Popular

O SCCP foi escrito em 1978 por Freire em colaboração com os educadores de São Tomé e Príncipe (FREIRE e GUIMARÃES, 2011). No entanto, o pensador brasileiro exigiu que a publicação desse e dos demais livros da mesma série não recebessem a sua autoria (FREIRE e FAUNDEZ, 1988). Por essa exigência, as obras têm como autor o Ministério da Educação Nacional e Desportos.

O Caderno divide-se nos seguintes itens: O Ato de Estudar, Reconstrução nacional, Trabalho e transformação do mundo, Luta de Libertação nacional, A Nova Sociedade, Ninguém Ignora tudo. Ninguém sabe tudo, Trabalho Manual-Trabalho Intelectual, A prática Ensina-nos, O processo de Produção, Ação de Transformação, Povo e Cultura, A defesa da Nossa cultura, Pensar Bem, Nosso Jornal, Nossa Rádio, A Saúde, Avaliação da Prática, Planificação, O Homem Novo e a Mulher Nova, Ser Vigilante, São Tomé e Príncipe: nossa terra, nosso povo.

Algumas lições são desenvolvidas em duas ou três partes, geralmente designadas por A, B ou C. São todos textos muito curtos e com uma linguagem muito precisa e simples, mas “não simplista” (FREIRE, 2011b). Os temas estão bastante ligados ao momento histórico em São Tomé e Príncipe nas décadas de 1970 e 1980, bem como dos outros países colonizados por Portugal. Versam sobre as Independências recém-conquistadas, a reconstrução nacional, a construção de Estados nacionais, o projeto de formação do homem novo e mulher nova, etc.

A primeira lição aborda o *Ato de estudar* para ensinar, o que era estudar e como ocorre, geralmente, a nossa aprendizagem. A unidade inicia com uma história transcrita abaixo:

Tinha chovido muito toda a noite. Havia enormes poças de água nas partes mais baixas do terreno. Em certos lugares, a terra, de tão molhada, tinha virado lama. Às vezes, os pés apenas escorregavam nela. Às vezes, mais do que escorregar, os pés se atolavam na lama até acima dos tornozelos. Era difícil andar. Pedro e Antônio estavam transportando numa camioneta cestos cheios de cacau para o sítio onde deveriam secar. Em certa altura, perceberam que a camioneta não atravessaria o atoleiro que tinham pela lente. Pararam. Desceram da camioneta. Olharam o atoleiro, que era um problema para eles. Atravessaram os dois metros de lama, defendidos por suas botas de cano longo. Sentiram a espessura do lamaçal. Pensaram. Discutiram como resolver o problema. Depois, com a ajuda de algumas pedras e de galhos secos de árvores, deram ao terreno a consistência mínima para que as rodas da camioneta passassem sem se atolar. Pedro e Antônio estudaram. Procuraram compreender o problema que tinham a resolver e, em seguida, encontraram uma resposta precisa. Não se estuda apenas na escola. Pedro e Antônio estudaram enquanto trabalhavam (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, 1978, P. 7).

A partir da história do Pedro e do Antônio, ele desenvolve duas ideias fundamentais: estudar é uma “atitude séria e curiosa na procura de compreender as coisas e os factos” e não se aprende somente na escola. Essas discussões eram importantes para uma sociedade que precisava de uma população ativa, capaz de intervir nela e de conduzir os destinos do seu país, ou seja, mulheres e homens sujeitos de sua História.

A segunda lição trata da *Reconstrução nacional* em três textos (A, B e C). No texto A, o tema é abordado como ato de criação da sociedade nova sem exploradores nem explorados. Afirma-se que essa sociedade não surge do zero, já que a reconstrução nacional “é uma luta contínua”. Entendemos que ela precisa da colaboração, da organização, da unidade e da síntese cultural.

A *Reconstrução nacional* é a produção de cada um no seu lugar de trabalho. Em São Tomé e Príncipe, ninguém deveria pensar que alguém lutaria por ele. Essa reconstrução demanda a entrega de todos. Sem trabalho nas fábricas, nas roças e nos serviços públicos, não se criaria a nova sociedade. Trata-se, portanto, da criação de uma comunidade de trabalhadores e trabalhadoras. Por isso, convoca

a todos os cidadãos a contribuir com o seu talento, com as suas habilidades e com responsabilidade.

Na *Reconstrução nacional B*, faz-se a recapitulação das ideias do texto A e acrescenta-se que a construção de uma sociedade de trabalhadores e trabalhadoras deve observar a unidade, a disciplina, o trabalho e a vigilância. Nesse texto, explica-se o significado das palavras do *slogan* da época do MLSTP (unidade, disciplina, trabalho, vigilância): a *Unidade* é unidade de todos no mesmo objetivo para a construção da nova sociedade; a *disciplina* deve ser achada na ação, no estudo, no trabalho, na vida diária. *Disciplina* “consciente sem a qual nada se faz e nada se cria. Disciplina na unidade, sem a qual se perde o trabalho” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, 1978, p. 10). *Vigilância* contra inimigos internos e externos, “que farão tudo o que puderem para deter a nossa luta pela criação da nova sociedade” (*Idem*, p. 10).

Diz-se na *Reconstrução nacional C*: o processo de reconstrução nacional exige a existência de uma vanguarda revolucionária, porque o povo desorganizado, sem unidade e disciplina não vence. Por isso, é fundamental defender a existência do MLSTP, vanguarda de São Tomé e Príncipe. Recorde-se que, à época, em São Tomé e Príncipe, o MLSTP era o único partido no país. A trilogia dos textos sobre a reconstrução nacional nos leva à conclusão de que sobre a *reconstrução nacional* pretendia-se ensinar que ela só seria possível com a participação consciente de cada cidadão e com o trabalho dele e de toda a sociedade organizada por uma vanguarda que seria, nesse caso particular, o MLSTP.

Trabalho e transformação do mundo A: O texto explica o significado do trabalho a partir do exemplo do Pedro e do António, que derrubaram uma árvore, a desabaram, cortaram o grande tronco em pedaços ou toros e secaram ao sol.

Em seguida, Pedro e António serraram os troncos e fizeram tábuas. Com estas, fizeram um barco.

Em seguida, o autor explica que, antes do Pedro e António construírem o barco, eles conceberam a ideia do que pretendiam fazer, ou seja, tiveram o projeto. Essa explicação remete-nos ao Marx quando estabelecia a diferença entre o trabalho do homem e de uma abelha. Pode se afirmar que o trabalho depende de nós, das nossas ideias e da nossa inteligência. O texto termina afirmando: é trabalhando que os homens e mulheres transformam o mundo e transformando o mundo transformam-se também (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, 1978). Desde já, podemos verificar que esse texto adentrava na explicação do verdadeiro significado do trabalho humano.

Trabalho e transformação do mundo B. Nesse texto, Paulo Freire (e sua equipa) usa a história de Pedro e António para explicar o conceito de cultura. Afirma que a árvore, ao se transformar em tronco, deixou de ser árvore; os troncos, ao serem transformados em tábuas, deixaram de ser troncos e as tábuas transformaram-se em barco. Assim, a árvore faria parte do mundo da natureza e o barco, do mundo da cultura. E assim vai enumerando o que faz parte da cultura: como a maneira de cozinhar, a dança, a música. O objetivo era que os alfabetizados partissem, já do início das aulas, com a consciência de serem sujeitos com cultura, contrariamente ao que o sistema colonial tinha ensinado, ou seja, que eles não a tinham.

Trabalho e transformação do mundo C: Nesse texto, como continuação do anterior, explica-se que o trabalho transformador nem sempre dignifica o homem e que só o livre nos dá valor. Ato contínuo explica que “só um trabalho com o qual contribuimos para a construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores é que nos dignifica” (MINISTÉRIO DA

EDUCAÇÃO NACIONAL, 1978, p. 18). Ou seja, o trabalho humano transforma o mundo e leva à construção do sentido da nossa existência.

A seguir, temos dois textos sobre a *Luta de libertação nacional*: A e B. No primeiro texto, recorre-se à história recente e à luta de libertação nacional de Angola, de Cabo Verde, de Guiné-Bissau, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe. Debate-se a ideia de que as independências desses países não tinham sido uma mera dádiva, mas um resultado de luta heroica desses povos. Cada um deles tinha feito a sua batalha em seu território e o somatório delas tinha derrotado o colonialismo português.

Para o texto A (*Luta de libertação nacional*), o dia 25 de abril⁸ em Portugal tinha sido possível graças à contribuição da luta dos povos africanos. No entanto, lembra que a luta dessas nações não tinha sido contra uma raça ou contra o povo português, e sim “contra todas as formas de exploração” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, p. 21). Termina afirmando que a reconstrução nacional é continuação da luta de libertação.

No texto B, ensina-se que a independência de São Tomé e Príncipe seria inútil se significasse apenas a substituição dos colonialistas por uma elite privilegiada nacional. Porque, se fosse assim, “o povo continuaria sendo explorado pela classe dominante dos países imperialistas através da minoria nacional” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, p. 22). Por isso, a reconstrução nacional significa a criação de uma nova sociedade, composta por trabalhadoras e trabalhadores, sem exploradores nem explorados (p. 22). Esse texto desperta o povo para o perigo da chamada “pequena burguesia” africana, ingênua ou manhosamente, contentar-se com mudanças superficiais que

⁸ O Dia 25 de abril, também conhecido por Revolução Dos Cravos foi o movimento que derrubou o regime ditatorial do Estado Novo salazarista em Portugal, e ocorreu no ano de 1974, de forma a estabelecer liberdades democráticas, com o intuito de promover transformações sociais no país.

levariam à permanência de um sistema de exploração. A experiência da luta de libertação servia para demonstrar que era possível transformar o mundo com a colaboração, a organização, a disciplina, o trabalho e a responsabilidade.

A lição *sociedade nova* começa por esclarecer o que é uma sociedade sem exploradores e explorados. Seria aquela em que nenhum homem, nenhuma mulher, nenhum grupo ou classe explora a força do trabalho dos outros. Além disso, mostra que não são só privilégios para os que fazem trabalho intelectual e obrigações para os que se ocupam com o manual. Todos são trabalhadores para o bem geral. Explica que a construção de uma sociedade livre não é fácil, mas que é necessário que se vá tendo a ideia do que se almeja. Retoma o exemplo do Pedro e do António que, antes de construírem o barco, conceberam a ideia. Como Freire diria em outro lugar (FREIRE e FAUNDEZ, 1988), a educação precisa ir sonhando com a sociedade que se pretende, mas não demasiado à frente em relação à realidade em curso.

No fim, escreve-se que Pedro e António, depois de conceberem a ideia, trabalharam para o alcance do que tinham idealizado. “Se Pedro e António fizeram o barco, o povo de STP com unidade, trabalho, disciplina e vigilância, criará a nova sociedade, com a sua vanguarda o MLSTP” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, 1978, p.23). O exemplo dos dois personagens serve para ensinar que não basta ter ideias, mas é necessário trabalhar arduamente para o alcance do idealizado.

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Nessa lição, explica-se a complementaridade das atividades humanas em que cada um sabe o que se relaciona com a sua profissão e ignora, ou se sabe pouco, o que outros fazem. Outro texto na sequência é sobre *Trabalho manual-trabalho intelectual*, no qual se explica que os dois tipos de trabalho são importantes e devem ser valorizados.

A prática ensina-nos: Essa lição traz a ideia de que aprendemos com a prática. Desde pequenos, aprendemos muitos assuntos relacionados com a vida cotidiana, a ler o mundo antes mesmo de saber ler as palavras. E o texto, não sendo ingênuo, chama atenção que, mesmo considerando muito importante o que aprendemos empiricamente, existe a necessidade de irmos mais longe, conhecer melhor as coisas que já conhecemos e “conhecer outras coisas que ainda não conhecemos” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, 1978, p. 29).

A lição seguinte trata do *Processo produtivo*. É constituída por dois textos (A e B). O primeiro fala sobre objetos de trabalho. Os metais brutos do subsolo, a madeira nas árvores são matérias brutas com as quais se faz a matéria prima. As matérias brutas e as matérias primas chamam-se objetos de trabalho. Isso é, a terra, as árvores e as tábuas a serem transformadas em mesa são objetos de trabalho. No segundo, fala-se de *meios de produção*. Explica que para transformarmos a matéria bruta em matéria prima e, para produzirmos algo a partir desta, precisamos de instrumentos de trabalho como máquinas, ferramentas diversas, transportes. A esse conjunto de matérias brutas, matérias primas e dos meios de trabalho dá-se o nome de *meios de produção*.

No texto C, ainda sobre o *processo produtivo*, ensina-se que os meios de produção e os trabalhadores são o que se denomina por *forças produtivas* de uma sociedade e que a produção resulta da combinação entre os *meios de produção* e a *força de trabalho*. O texto acrescenta que, para se compreender uma sociedade, é necessário entender como essa sociedade combina os meios de produção e a força de trabalho. “É preciso saber as relações sociais que se dão na produção. Se são relações de exploração ou se são relações de igualdade” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, 1978, P. 35). Ressalta que, na época colonial, as relações sociais de produção eram de exploração e, por isso mesmo, violentas.

Os colonialistas se apoderavam dos meios de produção e de nossa força de trabalho. Eram donos absolutos das terras, das matérias brutas, das matérias-primas, das ferramentas, das máquinas, dos transportes e da força de trabalho dos trabalhadores. Nada escapava ao seu poder e ao seu controle (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, 1978, p. 36).

Portanto, nessa trilogia de textos, temos o ensino da importante teoria marxista, a qual nos serve como auxílio para compreensão da sociedade colonial capitalista.

A lição seguinte é sobre a *Ação de transformar*. Nela se defendem que nenhuma situação permanece imutável e que é possível mudar a disposição física dos objetos dos ambientes onde frequentamos, como as salas de aulas. Todavia, o texto chama atenção para o fato de que mudar uma classe é bem mais fácil do que mudar a sociedade. Por isso, essa mudança não ocorre da noite para o dia, mas depende da vontade e do trabalho árduo de todos.

A lição sobre *Povo e cultura* é a denúncia das ideias falsas coloniais de que o povo africano não tinha cultura e que a sua História tinha iniciado com a chegada dos colonialistas na África.

Estas afirmações são falsas, são mentirosas. Eram afirmações necessárias à prática espoliadora que exerciam sobre nós. Para prolongar ao máximo a nossa exploração econômica eles precisavam tentar a destruição da nossa identidade, negando a nossa cultura, a nossa História (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, 1978, p. 38).

O texto depois acrescenta que todos os povos têm cultura, porque trabalham e transformam o mundo e, ao transformá-lo, transformam-se. Continua dando exemplos do que é cultura: a dança, a música, a maneira de andar do povo, etc.

A lição seguinte – sobre *Pensar bem* – ensina o *pensar certo* como costumava afirmar o próprio Paulo Freire. Nele afirma que, ao escrever os textos do SCCP,

tinha como objetivo ensinar aos alfabetizados a pensarem convenientemente. Pensar bem seria uma entrega na luta e, também, pôr problemas, estimular, provocar. A justificativa para a necessidade de pensar certo era o fato de que, na reconstrução nacional, exigia-se a participação consciente de cidadãos e, por sua vez, a participação demanda ação e pensamento.

Exige prática e teoria, sempre em unidade. Não existe prática sem teoria nem teoria sem prática. Mas a teoria em unidade com a prática exige um pensamento organizado (...). Pensar bem significa procurar descobrir e entender o que se acha mais escondido nas coisas e nos fatos que nós analisamos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, 1978, p. 42).

No texto B, da mesma temática, ensina-se que pensar bem em uma sociedade revolucionária não é um privilégio de uma minoria, mas um direito de todo o povo.

O nosso governo, de acordo com a orientação política do nosso Movimento, o M. L. S. T., vem procurando atender a este direito do nosso povo. Ao lado da reorientação do modo de produzir, ao lado do estimular à produção, o nosso governo preocupa-se com a educação do povo. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, 1978, p.43).

O texto sobre *O homem novo e a mulher nova* informa que o homem novo e a mulher nova “vão nascendo na prática da reconstrução revolucionária da sociedade” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, 1978, p.64), mas que era possível ir pensando em algumas qualidades que os caracterizam como:

O compromisso com a causa do povo, com a defesa dos interesses do povo (...). A responsabilidade no cumprimento do dever (...). O sentido da correta militância política, na qual vamos aprendendo a superar o individualismo, o egoísmo (...). A defesa intransigente da nossa autonomia, da liberdade que conquistamos (...). O sentido da solidariedade, não somente com o povo, mas também com todos os povos que lutam pela sua libertação (...). Não deixar para amanhã o que se pode fazer hoje (...) e fazer cada dia melhor o que devemos fazer (...). Participar conscientemente da reconstrução nacional. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, 1978, p. 64).

O segundo texto sobre o *homem novo e a mulher nova* salienta que a única certeza que o homem novo e a mulher nova têm é que não podem parar de caminhar. No mais, tão logo o novo fica velho, se não se renovar. A educação é que pode formar o homem novo e a mulher nova. Uma educação que estimule a colaboração e não a competição como era a colonial. A nova educação devia estimular a ajuda mútua, o espírito crítico e a criatividade. Fundamentar-se-ia na unidade entre o trabalho manual e o intelectual, entre a teoria e a prática. Estimularia a pensar corretamente e não deveria favorecer a manipulação, mas uma formação “tão política como qualquer outra educação, mas que não tenta passar por neutra” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO, 1978, p. 65).

Considerações finais

O SCCP nos dá ideia dos temas que podem ser considerados importantes para Paulo Freire, para os governos africanos da época, para a formação para a cidadania no processo de descolonização e de reconstrução nacional. Essa asserção encontra sustentação no fato de que o educador brasileiro soube elencar e desenvolver de forma ativa conteúdos que estavam na sua preocupação, bem como as questões que se baseavam na História, na cultura e na realidade, inserindo-se no contexto da luta africana pela sua emancipação completa do colonialismo. Esse é um mérito que podemos identificar no SCCP (ou em Paulo Freire?), a saber, a capacidade de combinar as preocupações teóricas com as práticas do contexto dos alfabetizando.

A sociedade que o educador brasileiro encontrou em São Tomé e Príncipe é de uma nação escravizada, espoliada, oprimida e colonizada. Um país que se reerguia das suas fontes culturais e históricas e com base na sua experiência de luta para a libertação. Por sua vez, Paulo Freire adicionou a esse contexto a

esperança, a confiança no povo e na liderança são-tomense. Ele ensinou e aceitou aprender com os nacionais.

As questões e as ideias que estavam na preocupação de Paulo Freire no SCCP se mostram pertinentes na África atual ao sugerirem a reinvenção do poder, a unidade na diversidade, a síntese cultural (através do “suicídio de classe”) e de uma verdadeira reafricanização, em um momento em que avançam as políticas neoliberais no continente, com a ameaça de se construir o neocolonialismo.

Referências

CABRAL, A. Unidade e Luta. In: CABRAL, A. *A Arma da Teoria: Unidade e Luta*. Ceara Nova, 1978. p. 221-234

Da COSTA, P. *Discurso do Presidente Pinto da Costa por ocasião da passagem do primeiro ano da Independência*. São Tomé e Príncipe. MLSTP. 1976

Estatutos da CONCP. Disponível em: (1961), "Estatutos da CONCP", CasaComum.org, Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_42768. Acesso em 05 out 2015.

FAUNDEZ, A. *O Poder da Participação*. Tradução Lígia Chiapianni e Eliana Martins. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *Oralidade e Escrita: Experiências educacionais na África e na América Latina*. Tradução Maria da Graça Abreu et al. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.

FREIRE, P. *Cartas a Guiné-Bissau: Registo de uma experiência em Processo*. 5ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2011a.

_____. *Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 21ª ed. São Paulo. Paz e Terra, 2014a.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 57ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2014b.

_____. O Povo diz a sua Palavra ou a alfabetização em São Tomé e Príncipe. In: FREIRE, P. *A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam*. 51ª ed. São Paulo. Cortez, 2011b.

_____; FAUNDEZ, A. *Por uma Pedagogia da Pergunta*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

_____; GUIMARÃES, S. *A África Ensinando a Gente*. 2ed. São Paulo. Paz e Terra, 2011.

_____; MACEDO, D. *Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990.

GADOTTI, M. *Paulo Freire na África: Notas sobre o encontro da pedagogia freiriana com a práxis política de Amílcar Cabral*. Disponível em: forum.unifreire.org/forumpaulofreire2010/files/2012/.../Comunicado_do_Gadotti.pdf. Acessado em 27 de outubro de 2017

MESQUIDA, P.; PEROZA, J.; AKKARI, A. A Contribuição de Paulo Freire à Educação na África: uma proposta de descolonização da Escola. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 126, p. 95-110, jan.-mar. 2014. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acessado em 28 set. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DESPORTO. *Segundo Caderno da Cultura Popular*. São Tomé. MEND. 1978.

MONDLANE, E. *Lutar por Moçambique*. Maputo. Nosso Chão, 1995.

PEREIRA, A. A.; VITTORIA, P. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire. *Estud. hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 291-311, dez. 2012.

RODNEY, Walter. A Economia Colonial. In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 1040 p.

ROMÃO, J. E. e GADOTTI, M. *Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das Mentes*. São Paulo. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Constituição de 1975.

Recebido em: 16.10.2017

Aceito em: 27.10.2017